



Vol. I nº 1 jan./jun. 2006

p. 167-171

## A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

*Cátia Claudia Lang<sup>1</sup>*

*Cristiane Dalposso de Araújo<sup>1</sup>*

*Eliane Luiza Schumacher<sup>1</sup>*

*Orientadora: Ivete Janice de Oliveira Brotto<sup>2</sup>*

No que concerne ao processo da alfabetização, pode-se dizer que esta e a escrita nasceram juntas, pois ao criar um conjunto de símbolos que representavam sons, surge a necessidade de ter pessoas aptas a ensiná-lo, para que a apropriação da escrita pudesse expandir-se mundo à fora. Com a alfabetização, surge à necessidade de comprovar o aprendizado do conteúdo ensinado, ficando este ato conhecido como avaliação.

Uma das formas de alfabetização mais conhecida e criticada por teóricos da educação, é aquela que se dá por meio de cartilhas. Estas, por sua vez, contêm um ensino sistematizado, que valoriza de forma mais acentuada a escrita, o que dificulta o aprendizado para muitos alunos.

Mesmo sendo muito criticadas, as cartilhas continuam sendo utilizadas por alguns profissionais da educação. Segundo CAGLIARI (1998), esses professores ou essas escolas que seguem à risca as cartilhas ou livros didáticos para alfabetizar utilizam-se de um método de ensino, que, muitas vezes, se dá de forma mecânica, agindo como se a criança não possuísse nenhum conhecimento, e ao entrar na escola tem a obrigação de “gravar” tudo o que o professor diz, por meio do uso da repetição e da cópia.

Por utilizar-se de modelos prontos nas cartilhas, a criança acaba sem saber como agir quando se depara com algo novo. Na avaliação neste método de ensino, quando a criança erra, seu erro é colocado em pauta, sem discuti-lo e sem considerar o que está correto, sendo submetida a repetir até ser gravado, limitando desta forma a construção do conhecimento. Os que não conseguem seguir a risca as lições colocadas pelo educador são considerados incapazes de serem alfabetizados, e poderão estar com seu futuro educacional prejudicado, pois carregarão consigo o trauma da reprovação.

A maneira como o professor trabalha dentro do ambiente escolar reflete a formação que estes educadores carregam consigo. Para suprir a necessidade da falta de educadores qualificados, abrem-se diversas instituições de ensino, muitas delas sem qualidade onde os profissionais formados não têm uma fundamentação teórica e

didática para trabalhar. Pelo fato de que a escola ainda oferece muitas vagas num mercado de trabalho escasso, talvez por ser mal remunerado, ocorre o que vemos diariamente, profissionais desqualificados atuando em escolas, e alguns, como professores alfabetizadores. Um dos responsáveis por este problema são os órgãos da administração pública, que são encarregados pela educação no país, interferindo, por meio de aplicações de regras e normas pedagógicas.

Outro fato que compromete a formação do aluno é o comodismo de alguns professores que não aprimoram seus conhecimentos teóricos-metodológicos e não buscam novas alternativas para o modo de ensinar acerca dos elementos que influenciam no processo de alfabetizar, podemos dizer, que simplesmente “param no tempo”. Sem qualificação para atuar, cometem muitos erros que podem prejudicar toda a vida escolar de um aluno. Em decorrência disso, segundo CAGLIARI (1998, p.33), “o que está de fato por trás de toda essa história é a presença de um grande número de professores alfabetizadores que nem sequer são capazes de avaliar o que vêem diante dos seus olhos, quer se trate de um “pacote” educacional, quer se trate de um aluno que não aprende o que eles ensinam”.

Estes buscam apenas resultados positivos e se utilizam da avaliação para isso. Muitas vezes, ela assume a prática de provas e exames, em vez de ser utilizada para a construção do conhecimento. Está sendo aplicada com meio de classificar os alunos e decidir sobre seus destinos na vida escolar. A prática de provas e exames faz uma seleção nos alunos, em que o educador julga-os pelos seus erros sem valorizar seus acertos e, em muitos casos, sem conceder-lhes uma segunda chance para mostrarem o que realmente aprenderam.

É necessário valorizar os alunos e seus conhecimentos de vida, uma vez que estes podem e devem ser utilizados no processo de alfabetização. O educador precisa conhecer seus alunos, e o dialogo é um ótimo começo para isso, pois por meio dele é possível identificar as dificuldades e aptidões de cada um e a partir dessas informações iniciar a alfabetização, sem esquecer que os alunos aprendem de maneira diferenciada, cada um em seu tempo e a seu modo.

CAGLIARI (1998), explicita a importância de incentivar os trabalhos espontâneos, onde a criança desenha e “escreve” o que quer, para se familiarizar com o papel e com o lápis, para depois aprender a escrita ortográfica.

Trabalhando dessa forma, o professor está utilizando, conforme CAGLIARI (1998) o método da aprendizagem. Nesse método, o professor-educador é responsável pela educação e precisa estar atento para a mesma; caso não atinja seus objetivos na hora de ensinar, não deve obrigar o aluno a atingi-los de maneira repetitiva, decorada, mas sim, buscar outra maneira de ensinar, e outra, e mais outra, se necessário, pois é ele quem deve auxiliar na apropriação do conhecimento pelo aluno.

Tudo o que a criança faz ou deixa de fazer precisa ser avaliado, considerando que a avaliação na aprendizagem “tem como objetivo analisar as decisões tomadas pelo aluno ao fazer o que fez, do jeito que fez, para que o professor possa dar as explicações adequadas e para que o aluno corrija seus erros, melhore e dê um passo adiante na formação de seus conhecimentos” (CAGLIARI, 1998, p. 57), para que possa obter respostas aos novos desafios com que vai se defrontar.

Neste contexto, ao avaliar, o educador deve respeitar os limites de cada um. A avaliação deve, antes de tudo, ser um ato amoroso, no sentido definido por LUCKESI, (1999, p.172):

Avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. Podemos entender avaliação escolar como um ato amoroso, na medida em que a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando, pelos mais variados meios, no curso da aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas experiências de vida.

Se a avaliação deve ser inclusiva, é a partir dela que o professor tem suporte para perceber o que ficou vago ao aluno sobre determinado assunto trabalhado e avaliado e, na seqüência, possa buscar junto com o aluno alternativas para suprir as dificuldades de compreensão e desenvolver um conhecimento mais apurado.

Pode-se dizer que há uma grande diferença entre avaliação e provas/exames. Estes últimos têm por finalidade, verificar o nível de desempenho do educando em determinado conteúdo e classificá-los por meio da aprovação e reprovação, de notas que variam entre 0 a 10. Já a avaliação da aprendizagem pode ser um meio constante de fornecer suporte ao educando no seu processo de assimilação dos conteúdos, permitindo que tome decisões próprias e tenha um autodesenvolvimento, além de um constante “feedback” ao professor quanto à aprendizagem do aluno.

Pelo histórico escolar do aluno pode-se julgar sua escola. Mas será que isso é justo? Talvez não, mas para LUCKESI (1999), a realidade mostra que sim, pois o educador e o aluno devem sempre estar trabalhando coletivamente na busca constante de resultados positivos, para que “juntos construam a aprendizagem, testemunhando-a à escola, e esta à sociedade” (LUCKESI, 1999, p.174).

Percebe-se, então, que a atividade de avaliar, no âmbito escolar, caracteriza-se como um meio subsidiário do crescimento para a construção de um resultado. Entretanto, CAGLIARI (1998), afirma que “nem um método educacional ga-

rante bons resultados sempre e em qualquer lugar; isso só se obtém com a competência e o estudo ao qual o educador se dedica”, do que se presume que, se por um lado, o ato de avaliar não deve ser usado meramente para atingir resultados satisfatórios, quanto aos índices educacionais, por outro, o educador consciente das possibilidades e limites sociais de sua atuação como “avaliador” pode auxiliar a promover mudanças no contexto mais amplo.

Com vistas a isto, é importante mudar o que está ocorrendo em nosso país com relação à educação. Cruzar os braços e esperar não resolve nada. É preciso abrir os olhos e ver o que se passa, principalmente no que diz respeito à alfabetização. É necessário começar a lutar por uma melhor qualificação dos professores, pois uma melhor formação, possibilita a conscientização de que há necessidade de estar em constante atualização, para poder atender com qualidade os alunos e desenvolver sujeitos que extrapolem a reprodução de injustiças sociais. CAGLIARI (1998) coloca-nos que nada substitui a competência de um educador e se estes continuarem sendo formados em instituições com pouco ou nenhum compromisso com a qualidade de ensino e aprendizagem, a alfabetização e o processo escolar estarão comprometidos e, conseqüentemente, poucos instrumentos de luta estarão sendo produzidos especialmente para os alunos provenientes da classe trabalhadora.

Um educador que se preocupe em direcionar sua prática educacional para a transformação, não poderá agir inconscientemente e irrefletidamente. Deve refletir constantemente sobre o que esta fazendo e se os resultados de suas ações estão sendo positivas aos alunos, à escola, a ele mesmo, à sociedade.

Concluindo, o ato de avaliar, não sendo utilizado como forma de julgar e selecionar o aluno possibilita identificar e retomar aquilo que não foi apropriado durante as aulas. Assim, a avaliação é inclusiva, ou seja, é capaz de ensinar o aluno num contexto que extrapola os meios escolares. Pode se dizer que ela é indispensável, não só na escola, mas durante toda a trajetória da vida, pois estamos sempre em constante avaliação, mas deve fazer parte do nosso modo de agir, de pensar e também transformando-nos de avaliados a avaliadores também de todo o contexto social.

Portanto, a avaliação escolar não pode ser empregada quando não se tem interesse em aperfeiçoar o ensino que está sendo oferecido e avaliar a situação da escola, e nem quando não se tem definido o sentido que será dado aos resultados da avaliação, e exige também que o professor tenha claro, antes de sua utilização, o significado que ele atribui a sua ação educativa.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o Ba Be Bi Bo Bu**. 1 ed. São Paulo: Scipione, 1998.

COELHO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização em Questão**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. 9ª edição. São Paulo, editora Cortez, 1999.

PAVÃO, Zélia Milléo. **Avaliação da Aprendizagem: Concepções e Teorias da Prática**. 3ª edição. Curitiba: Editora Chamtnat, 1998.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação Educacional**, Editora IBRASA, São Paulo, 2000.

NOTAS

- <sup>1</sup> Acadêmicas do 4º Ano de Pedagogia Noturno – UNIOESTE – Extensão de Santa Helena
- <sup>2</sup> Professora doutoranda do Curso de Pedagogia – Campus Cascavel e Extensão de Santa Helena